Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	20
10.5 - Políticas contábeis críticas	22
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	32
10.8 - Plano de Negócios	33
10.9 - Outros fatores com influência relevante	3.4

5. RISCOS DE MERCADO

5.1 Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Nosso negócio depende significativamente do nível de atividade do setor de óleo e gás no Brasil, particularmente da disposição das companhias de óleo e gás em investir na condução de operações de exploração, desenvolvimento e produção *offshore*. O nível de investimento depende em geral dos preços futuros do petróleo e gás natural, os quais são influenciados por diversos fatores que afetam o fornecimento e a demanda por petróleo e gás natural, incluindo, entre outros:

- condições econômicas no Brasil e em outros países;
- demanda por óleo e gás;
- condições econômicas e políticas no Oriente Médio e em outras regiões produtoras de petróleo;
- disponibilidade de crédito, preços e tendências gerais;
- ações adotadas pela OPEP;
- níveis de produção dos países que não fazem parte da OPEP;
- disponibilidade e descoberta de novas reservas de petróleo e gás natural nas áreas marítimas brasileiras;
- custo da exploração offshore, produção e transporte do petróleo e gás natural;
- capacidade das empresas de petróleo e gás de gerar recursos ou de outra forma obter capital externo para as operações de exploração, desenvolvimento e produção;
- prazos de concessão dos blocos de exploração no Brasil e em outros países;
- avanços tecnológicos que afetam a exploração, a produção, o transporte e o consumo de energia;
- condições climáticas;
- regulamentações ambientais ou governamentais;
- políticas fiscais;
- políticas adotadas por diversos governos relativas à exploração e ao desenvolvimento das reservas de petróleo e gás natural; e
- o ambiente militar e político mundial, incertezas ou instabilidades resultantes do aumento ou de hostilidades acionais ou outras crises no Oriente Médio e em outras regiões produtoras de petróleo e gás natural ou outros atos de terrorismo nos Estados Unidos ou em outros países.

Preços mais baixos do petróleo e gás natural, ou estimativas acerca da redução dos preços, poderão fazer com que as empresas exploradoras e produtoras de petróleo e gás natural cancelem ou reduzam seus programas de perfuração, ou, ainda, reduzam seus níveis de investimento para as atividades de E&P. Adicionalmente, existem diversos outros fatores que podem afetar as decisões de investimento, incluindo atividades de explorações mal-sucedidas. Na medida em que os preços do petróleo e gás diminuam e/ou a exploração e produção sejam reduzidas pelas Companhias de E&P, a demanda pelos serviços que pretendemos oferecer pode diminuir, causando um impacto adverso relevante em nossas atividades.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, através dos mecanismos públicos disponíveis, bem como outros instrumentos que se fizerem necessários para garantir a segurança no recebimento dos recursos financeiros.

A Companhia e suas controladas adotam ainda como prática, a análise de *rating* das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - Risk Bank, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e o desempenho de cada banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Companhia e suas controladas adotam uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação ao patrimônio líquido destas instituições, adotando inclusive uma postura mais defensiva que aquela sugerida pelo Risk Bank.

A Companhia ainda se encontra em fase pré-operacional, pelo que ainda não tem histórico de operações para estimar o impacto em seu resultado das flutuações de mercado e aqueles decorrentes de potenciais riscos de crédito de seus clientes.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Com o objetivo de proteger a parcela do caixa destinada à compra de material importado para a execução de nosso Plano de Negócios, contratamos, no 2º trimestre de 2T10, US\$ 600,0 milhões em operações de hedge. Ao longo de 2010, essa posição foi sendo adequada para se enquadrar às atualizações de exposição cambial, respeitando política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Nossa posição em 31/12/2010 era de US\$ 504,0 milhões para proteção dos 12 meses seguintes. Essa posição vem sendo adequada para se enquadrar às atualizações de exposição cambial, respeitando política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso endividamento estava em sua totalidade denominado em dólares norte-americanos e sujeito à flutuação da taxa LIBOR. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais. Pelo curto período operacional da Companhia, o montante de juros incorridos em 2010 foi de cerca de R\$3,6 milhões frente a um montante principal de cerca de R\$818,1 milhões (equivalentes a US\$495 milhões), o que ainda não gera uma exposição significativa à variação da taxa de juros.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia relativas a investimento de capital ("Capex") estimado para até doze meses ou para prazo correspondente às suas obrigações já contratadas, predominantemente denominadas em moeda norte americana, ante seus recursos, que se encontram aplicados em Reais. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia possui investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior. Neste contexto, a Companhia e suas controladas adotam política de controle de risco visando a minimizar os impactos decorrentes da flutuação cambial sobre suas obrigações utilizando instrumentos defensivos de hedge. As operações de hedge estão detalhadas no item 5.2 (b)

A exposição em 31 de dezembro de 2010 é demonstrada a seguir:

Consolidado (R\$ milhares)

2010

- A. Financiamentos/empréstimos
- B. Operações financeiras de swap
- C. Exposição apurada (A-B)

818.135 -818.135

Análises de Sensibilidade

A Companhia e suas controladas elaboraram cinco cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de stress em cada fator de risco que compõe o instrumento utilizado pela Companhia e suas controladas e quantificar as variações de cada fator de risco. Os fatores de risco considerados relevantes pela Administração da empresa são:

- BRL Ptax-800 BACEN;
- Curva de Juros Local (Taxa Pré);
- Curva de Juros em Dólar (Cupom Cambial Forward Rate Agreement);
- SGD Ptax-800 (BACEN);
- Curva da Libor
- Treasury Yield Curve; e
- Curva de Cupom SGD;

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I (provável): foram consideradas as curvas e as taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2010;
- Cenário II: considerando um choque positivo de 25% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável;
- Cenário III: considerando um choque negativo de 25% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável;
- Cenário IV: considerando um choque positivo de 50% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável; e
- Cenário V: considerando um choque negativo de 50% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável.

Para moeda USD frente ao Real foram aplicados os seguintes percentuais:

PTAX Base (31/12/2010): Cenário I R\$ 1,6662

- Cenário II: + 25% = R\$ 2,0828
- Cenário III: 25% = R\$ 1,2497
- Cenário IV: +50% = R\$ 2,4993
- Cenário V: 50% = R\$ 0,8331

Para moeda USD frente ao Dólar de Cingapura foram aplicados os seguintes percentuais:

PTAX Base (31/12/2010): Cenário I SGD 1,2829

Cenário II: + 25% = SGD 1,6036

• Cenário III: - 25% = SGD 0,9622

Cenário IV: +50% = SGD 1,9244

Cenário V: - 50% = SGD 0,6415

Abaixo os impactos no resultado nos instrumentos derivativos para os cenários acima descritos:

		Análise de Sensibilidade - Instrumentos Derivativos - Consolidado - 31/12/2010					
OSX BRASIL S.A Contratos de NDF:	Vencimento	Valor de Referência (US\$ mil) 31/12/10	Cenário I (R\$ mil)	Cenário II (R\$ mil)	Cenário III (R\$ mil)	Cenário IV (R\$ mil)	Cenário V (R\$ mil)
Posição Comprada USD/BRL	venemento	31/12/10					
Banco Goldman Sachs	Out/11 e Jan/12	157.000	(6.748)	61.140	(75.469)	128.219	(145.051)
Banco Hsbc	Out/11	47.000	(1.929)	18.386	(22.490)	38.462	(43.305)
Banco Morgan Stanley	Abr/11 e Jul/11	300.000	(68.581)	59.296	(197.165)	186.482	(326.472)
Total NDF USD/BRL		504.000	(77.258)	138.822	(295.124)	353.163	(514.828)
Opções de Compra:							
Posição Comprada USD/BRL Banco Morgan Stanley	Jan/11	150.000					
Total Opção		150.000					
OSX LEASING GROUP BV Contratos de NDF: Posição Comprada SGD/USD							
Banco Morgan Stanley	Fev/11 à Jul/11	22.133	1.150	(10.070)	7.771	(25.884)	9.789
Banco Citibank	Jan/11 à Ago/11	11.813	727	(4.649)	3.853	(12.207)	4.791
Total NDF SGD/USD		33.946	1.877	(14.719)	11.624	(38.091)	14.580
Contratos de Swap Libor:							
Banco HSBC Posição Ativa			686.800	839,979	527.025	987.187	359.916
Posição Passiva	Nov/18	420.000	(698.933)	(873.394)	(524.362)	(1.047.748)	(349.684)
					(, , , , , ,		
Total Swap Libor		420.000	(12.133)	(33.415)	2.663	(60.561)	10.232
Total Consolidado			(87.514)	90.688	(280.837)	254.511	(490.016)

Abaixo os impactos no resultado nos empréstimos e financiamentos para os cenários acima descritos:

		Análises de Sensibilidade - Dívida - Consolidado							
	Vencimento	Valor Principal + Juros (US\$ 000) 31/12/2010	Cenário I 31/12/2010	Cenário II 25% para cima	Cenário III 25% para baixo	Cenário IV 50% para cima	Cenário V 50% para baixo		
Banco Bradesco S.A. DVB.	8/11/2011 30/11/2018	175.916 321.281	293.111 535.318	366.390 669.148	219.834 401.489	439.668 802.977	146.556 267.659		
	:	497.197	828.429	1.035.538	621.323	1.242.645	414.215		

Para as aplicações financeiras não foram elaboradas análises de sensibilidade, considerando que trata-se de aplicações pós-fixadas, o que diminui o risco de exposição à taxa de juros.

5.2 Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado.

a. Riscos para os quais se busca proteção

Estaremos expostos a diversos riscos de mercado oriundos das nossas atividades regulares. Tais riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de que as mudanças nas taxas de juros, nas taxas de câmbio ou nos preços dos produtos afetem, de maneira adversa, o valor dos nossos ativos e passivos financeiros ou os fluxos de caixa e ganhos futuros.

Nossa dívida de curto prazo e longo prazo estará sujeita ao risco da taxa de juros. Qualquer dívida, denominada em dólar norte americano, à taxa flutuante de moeda estrangeira futura, estará sujeita às flutuações em LIBOR ou, se a dívida for denominada em reais, ela estará sujeita às flutuações da TJLP brasileira, conforme fixada pelo Banco Central.

O risco da taxa de câmbio ao qual estaremos expostos será derivado principalmente do fato de que apresentamos receita prevista de contratos futuros e dívida indexadas ao Dólar, enquanto parte de nossos gastos, de investimento e operacional, assim como nosso balanço consolidado, denominados em Reais

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Com o objetivo de proteger a parcela do caixa destinada à execução de nosso Plano de Negócios, contratamos, no 2º trimes 2T10, US\$ 600,0 milhões em operações de hedge. Ao longo de 2010, essa posição foi sendo adequada para se enquad atualizações de exposição cambial, respeitando a política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Nossa p atual é de US\$ 504,0 milhões para proteção dos próximos 12 meses.

Nesse mesmo sentido, para proteger a exposição ao Dólar de Cingapura gerada pela customização do FPSO OSX-1 naquele processor companhia contratou, no 3º trimestre de 2010, operação de hedge, cujo valor em 31.12.2010 é de SGD 43,5 milhões (equiva a US\$ 33,9 milhões).

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item anterior.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados para cálculo das exposições são baseados em modelos quantitativos de risco. Uma das medidas ado pela Companhia é o valor paramétrico que expressa a perda máxima potencializada com horizonte de tempo de um dia e fa confiança de 95%.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hed quais são esses objetivos

A Companhia possui uma parte de seu capital em hedge, para proteger a compra de material importado para a execução do de Negócios da Companhia.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e sua estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos ainda está em fase de aprovação e implantação. Não obstante, adotamos procedimentos aderentes às normas e políticas de controle e gerenciamento de risco adotadas pelo grupo EBX, especialmente no que se refere à avaliação de riscos de contraparte, instrumentos financeiros utilizados e prazos de vencimento de compromissos assumidos.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia vem desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, conseqüentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado e aquelas adotadas pelo Grupo EBX.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A Companhia ainda está em fase pré-operacional. Sendo assim, não há base de comparação relativamente ao último exercício social quanto à exposição da Companhia a eventuais riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5".

10.1 Os diretores devem comentar sobre.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu projeto e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

A atual capitalização da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

As atividades e aquisições da Companhia foram suportadas por recursos próprios (IPO e acionista controlador) e por recursos captados junto a terceiros. Dessa forma, a nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2010 apresenta 25% em recursos provenientes de terceiros e 75% de recursos próprios.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia adota política de controle de riscos visando minimizar os impactos decorrentes da flutuação da taxa de câmbio sobre suas obrigações relativas a investimentos de capital ("Capex") estimados para até doze meses ou para prazo correspondente às suas obrigações já contratadas, predominantemente denominadas na moeda norte-americana, ante seus recursos, que se encontram aplicados em Reais. Tal estratégia visa proteger a Companhia contra flutuações cambiais, com instrumentos defensivos de hedge, pois a política do Grupo contra riscos financeiros não permite qualquer alavancagem com intuito especulativo.

Neste contexto, a Companhia realiza operações de proteção de NDFs *(Non Deliverable Forwards)*, que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda, para minimizar o impacto dos descasamentos cambiais. Estas operações não geram custo inicial para a Companhia.

Sempre que houver condições de mercado (liquidez e preços), a Companhia e suas controladas buscarão a contratação de instrumento com prazo de vencimento o mais próximo possível da estimativa de pagamento de suas obrigações. No longo prazo, isto minimizará impactos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia e de suas controladas. Caso os instrumentos disponíveis não atendam as necessidades da Companhia e de suas controladas de prazo de cobertura, serão contratados vencimentos mais curtos, os quais serão alongados tão logo seja restabelecida a liquidez do mercado para vencimentos mais longos.

No 2º trimestre de 2010, a empresa OSX Brasil S.A. contratou Opções de Compra de Dólar no valor de US\$ 150 milhões. Essas opções venceram em 03 de janeiro de 2011 e portanto fecharam 2010 com um MtM de valor zerado, reconhecendo uma perda decorrente do prêmio pago no valor R\$ 13.634 . Estas Opções não foram exercidas.

No 3º trimestre de 2010 a controlada OSX Leasing Group B.V., contratou NDF´s de SGD X USD (dólar de Cingapura contra dólar americano), a fim de proteger o fluxo de pagamentos de sua controlada OSX 1 Leasing B.V. contra oscilações do dólar de Cingapura. A operação foi feita pela OSX Leasing Group B.V. devido a vedação imposta pelo contrato de financiamento referente ao FPSO-OSX-1, abaixo comentada.

No 4º trimestre de 2010, a Companhia tomou um financiamento de longo prazo relativo ao FPSO OSX-1 junto a um sindicato de bancos liderado pelo DVB Bank, denominada em dólar e indexada a Libor de 3 meses. A dívida terá 29 amortizações sendo a primeira prevista para 30 de novembro de 2011 e a última em 30 de novembro de 2018. Com o objetivo de se proteger de riscos de flutuação da taxa Libor, durante os anos de vigência da dívida, a OSX Leasing Group B.V. contratou, no mesmo momento da aquisição da dívida, um instrumento derivativo (swap de fluxo de caixa de taxa de juros) com vencimentos trimestrais. Os valores nocionais do instrumento derivativo referem-se à expectativa de desembolso do financiamento de longo prazo com o DVB.

No ano findo em 31 de dezembro de 2010, as parcelas realizadas com instrumentos derivativos totalizaram R\$ 24.479.

A atual posição de caixa da Companhia, que em 31 de dezembro de 2010 representava o montante de R\$ 2,2 bilhões, permite a Companhia honrar seus compromissos financeiros assumidos ate o momento.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia obteve linhas de crédito de curto prazo junto ao Banco Itaú BBA S.A. denominadas em Reais e Dólares (financiamento de R\$50 milhões e empréstimos de US\$52 milhões). Esses montantes foram utilizados pela Companhia e por sua subsidiária OSX Gmbh, respectivamente. Os contratos de financiamento celebrados pela Companhia foram integralmente liquidados após a entrada dos recursos do IPO, permanecendo vigentes os empréstimos da OSX Gmbh junto ao Banco Itaú BBA S.A., que foram liquidados em julho de 2010.

A subsidiária OSX 1 Leasing B.V. ainda obteve um empréstimo ponte com os Bancos Bradesco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A. no valor principalde USD 175 milhões cada. O empréstimo do HSBC Bank Brasil S.A. foi liquidado no momento da entrada dos recursos do financiamento de longo prazo captado junto ao sindicato de bancos liderado pelo Banco DVB (acima referido) e o empréstimo captado junto ao Bradesco S.A. foi cedido pela OSX 1 Leasing B.V. para sua controladora OSX Leasing Group B.V.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não antecipa no momento a perspectiva de deficiência de liquidez. De qualquer modo, mantém em aberto relação com bancos comerciais com interesse em financiar eventuais necessidades de caixa da Companhia.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- (i) Em novembro de 2009, a Centennial Asset Ltd., empresa do Grupo EBX, captou junto aos bancos Bradesco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., em moeda estrangeira, duas linhas de financiamento de curto prazo, empréstimos-ponte, no valor de US\$175.000 mil cada, com vencimento em novembro de 2010, para a aquisição do FPSO OSX-1. Em 27 de dezembro de 2009, a OSX 1 Leasing B.V. assumiu tais contratos. Em 30 de novembro de 2010, foi liquidado o empréstimo com o HSBC Bank Brasil S.A. O empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A. foi assumido pela OSX Leasing Group B.V., tendo sido celebrado um mútuo intra-grupo (Intercompany Loan) entre a nova devedora, OSX Leasing Group B.V., e a antiga devedora, a OSX 1 Leasing B.V., pelo mesmo valor da dívida assumida. Posteriormente, em novembro de 2010, o empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A. teve sua data de vencimento prorrogada para novembro de 2011, a uma taxa de Libor +2,8% a.a..
- (ii) Em 30 de dezembro de 2009, a OSX GmbH tomou empréstimo para capital de giro junto ao Banco Itaú, em moeda estrangeira, no montante de US\$9.000 mil, com vencimento em 28 de junho de 2010, o qual foi liquidado em tal data.
- (iii) Em 30 de setembro de 2010, a subsidiária OSX 1 Leasing B.V. celebrou com um sindicato de bancos internacionais liderado pelo banco norueguês DVB Bank, um contrato de financiamento de longo prazo (8,5 anos) no valor de US\$420 milhões, destinado ao financiamento dos custos de aquisição e customização do FPSO OSX-1, à taxa anual de Libor/Interbank Rate + 4,25%. O primeiro desembolso dos recursos deste financiamento ocorreu em 30 de novembro de 2010, no montante de US\$320 milhões.

PÁGINA: 10 de 35

Sobre os financiamentos em moeda estrangeira incide Libor acrescido de juros variando entre 2,80% a 4,25% a.a., e o custo médio dos empréstimos em moeda estrangeira resulta em uma taxa média ponderada de Libor + 3,74% a.a. acrescida de variação cambial em dólares norte-americanos.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Foram obtidas linhas de crédito junto ao Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., sendo que permanece em aberto apenas a linha de curto prazo com o Banco Bradesco S.A. no valor total de US\$ 175 milhões A Companhia possui ainda um financiamento de longo-prazo com um sindicato de bancos liderado pelo DVB Group Merchant Bank Ltd. totalizando US\$ 420 milhões com o objetivo de financiar os gastos relativos à aquisição de direitos sobre a unidade FPSO OSX-1, assim como os investimentos para sua conclusão e customização. Dessa linha de financiamento, US\$ 320 milhões já foram desembolsados, restando US\$ 100 milhões a serem desembolsados até 30 de setembro de 2011.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

a) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de Dezembro de 2009 para 31 de Dezembro de 2010:

Demonstração de Resultados	2010	2009
Receita de venda de bens e/ou serviços	8.834	-
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(8.267)	-
Resultado bruto	567	-
Receitas (despesas) operacionais		
Administrativas e gerais	(69.325)	(10.607)
Despesas com opção de ações outorgadas	(87.858)	-
Gastos com implantação	(15.539)	-
Provisão para passivo a descoberto	-	(25.961)
Outras despesas operacionais	-	(9)
	(172.722)	(36.577)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(172.155)	(36.577)
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	167.775	-
Despesas financeiras	(4.517)	(80)
Instrumentos derivativos	(99.860)	-
Variação cambial, líquida	(1.123)	-
	62.275	(80)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(109.880)	(36.657)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.048)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	33.752	3.298
Lucro / Prejuízo do Período	(77.176)	(33.359)

Resultado Bruto

A variação do Resultado Bruto de 2009 para 2010 foi de R\$567 mil, em função de: (i) Receita de R\$ 8.834 mil proveniente de prestação de serviços oriunda do contrato firmado entre OSX Serviços Operacionais e OGX Petróleo e Gás Participações Ltda., e (ii) Custos de R\$8.267 mil provenientes da fase de antecede a operação da empresa, tais como despesas de

pessoal, mobilização, despesas de viagens, entre outras, e que serão reembolsadas pela OGX Petróleo e Gás Participações Ltda.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Companhia não apresentou receita e custo operacional, de tal forma que não houve resultado bruto.

Administrativas e gerais

As despesas administrativas e gerais relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 foram equivalentes a R\$69.325 mil, apresentando um aumento de R\$58.719 mil na comparação com o exercício de 2009, quando as despesas administrativas e gerais foram de R\$10.607 mil. Esta variação ocorreu substancialmente em função das novas contratações de pessoal, e das despesas a elas atreladas.

Despesas com opção de ações outorgadas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram registradas nesta rubrica as despesas com opção de ações outorgadas pela Companhia, no montante de R\$22.493 mil e pelo acionista Controlador, no montante de R\$65.365 mil, e estão de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Como estas opções foram outorgadas no primeiro trimestre de 2010, não houve contabilização relativa a este evento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Gastos com implantação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram registradas nesta rubrica as despesas com implantação da Unidade de Construção Naval, tais como despesas com licenciamento, meio ambiente e engenharia, no montante de R\$15.539 mil. Tais gastos não foram incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Provisão para passivo a descoberto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrou o constituiu provisão sobre o patrimônio líquido negativo da empresa MMX Corumbá Mineração S.A., proporcional à sua participação, no montante de R\$25.964. Em 30 de outubro de 2009, o investimento nesta controlada foi cindido e incorporado pela Centennial Brasil, desta forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não houve mais registro de tal provisão.

Receitas financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia registrou o montante de R\$167.775 de receitas financeiras, que são compostas dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras em fundo exclusivo do Banco Bradesco e aplicação financeira no Banco HSBC. A Companhia não detinha aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, desta forma não apresentou receita financeira neste período.

Despesas financeiras

As despesas financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 foram equivalentes a R\$4.517 mil, apresentando um aumento de R\$4.437 mil na comparação com o exercício de 2009, quando as despesas financeiras foram de R\$80 mil. Estas despesas são compostas basicamente de juros passivos e IOF, e a variação apresentada entre os períodos refere-se ao aumento do volume de operações financeiras na Companhia.

Instrumentos derivativos

A Companhia registrou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o montante de R\$99.860 de perdas com instrumentos derivativos, oriundas de: (i) Prêmio pago na liquidação da opção de compra de dólar, equivalente a perda de R\$13.634 mil, (ii) Perdas realizadas no exercício, equivalente a uma perda de R\$10.845, (iii) Valor justo de NDF em USD para BRL, equivalente a uma perda de R\$77.258 e (iv) Valor justo de NDF em SGD para USD, equivalente a um ganho de R\$1.877. A Companhia não detinha operações de instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, desta forma não apresentou perda ou ganho neste período.

PÁGINA: 12 de 35

Variação cambial, líquida

A Companhia registrou no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, despesa de R\$1.123 mil de variação cambial sendo: (i) despesa de R\$1.344 mil, referente à variação cambial passiva sobre títulos em moeda estrangeira, (ii) receita de R\$221 mil, referente à variação cambial ativa sobre caixa/banco em moeda estrangeira. A Companhia não detinha estas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, desta forma não registrou variação cambial neste período.

Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$1.048 mil de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente. Esta despesa refere-se a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social da OSX Serviços Operacionais Ltda., cujo regime de tributação adotado é o Lucro Presumido pelo regime de caixa. Em 31 de Dezembro de 2009, não houveram operações para tal tributação.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$33.752 mil, o que representou um aumento de R\$30.454 mil com relação ao mesmo período de 2009. Esta variação refere-se reconhecimento de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Prejuízo do Período

O prejuízo da Companhia foi de R\$77.176 mil em 2010, variando negativamente em R\$43.817 mil em relação a 2009. Os fatores que contribuíram para esta redução foram o maior nível das despesas operacionais, que foram compensadas com um desempenho financeiro positivo em função das receitas de aplicações financeiras.

b) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de Dezembro de 2009 para 31 de Dezembro de 2010:

Ativo	31/12/2010	31/12/2009
Ativo Total	3.407.516	668.907
Ativo circulante	2.404.378	8.430
Caixa e equiv. de caixa e depósito vinculado	2.270.934	8.162
Clientes	18.817	-
Adiantamentos diversos	1.404	268
Tributos a recuperar	33.995	-
Despesas antecipadas	3.928	-
Ativos não-correntes à venda	73.423	-
Instrumentos derivativos	1.877	-
Ativo não circulante	1.003.138	660.477
		_
IR e CS Diferidos	41.176	3.298
Imobilizado	961.962	657.179

PÁGINA: 13 de 35

Passivo + Patrimônio Líquido	31/12/2010	31/12/2009
Passivo Total	3.407.516	668.907
Passivo circulante	455.099	640.531
Obrigações sociais e trabalhistas	16.995	403
Fornecedores	20.231	363
Obrigações fiscais	6.195	167
Empréstimos e financiamentos	312.073	627.981
Partes relacionadas	4.258	2.574
Adiantamento de clientes	18.295	-
Instrumentos derivativos	77.052	-
Obrigações com terceiros	-	9.043
Passivo não circulante	518.401	-
Empréstimos e financiamentos	506.062	-
IR e CS Diferidos	12.339	-
Patrimônio Líquido		
Capital social	2.513.400	63.001
(-) Custo na emissão de ações	(81.057)	-
Opção de ações outorgadas	87.858	-
Ajustes acumulados de conversão	(11.790)	(19)
Ajustes de avaliação patrimonial	(8.007)	-
Prejuízos acumulados	(111.694)	(34.608)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	2.388.710	28.374
Participações de acionistas não controladores	45.306	2
Total Patrimônio líquido	2.434.016	28.376

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa/Depósito Vinculado

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa/Depósito Vinculado da Companhia e suas controladas variou R\$2.262.772 mil de 2009 para 2010, em função de: (i) aumento de aplicações financeiras em fundos de investimento exclusivo do Banco Bradesco, no montante de R\$1.622.741 mil; (ii) aumento de aplicação financeira no banco HSBC, no montante de R\$415.774 mil: (iii) aumento de aplicação financeira no Standard Chartered Bank Singapore de R\$ 33.333 mil; e (iv) aumento de caixa/bancos R\$190.924 mil. O aumento nas aplicações financeiras devem-se ao fato destas operações não existirem em 2009 e o aumento de caixa/bancos deve-se ao aumento do volume de operações financeiras da Companhia e suas controladas.

Clientes

O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2010 é integralmente representado por montantes a faturar, oriundos das operações de fretamento, no montante de R\$9.147 mil e de Serviços de Operação e Manutenção (O&M), no montante de R\$9.670 mil, ambos com a empresa OGX Petróleo e Gás Ltda. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não detinha operações de contas a receber de clientes.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2010, na conta de tributos a recuperar está registrado o imposto de renda a recuperar referente às aplicações financeiras que a Companhia e suas controladas detêm. Em 31 de dezembro de 2009 Companhia não detinha aplicações financeiras.

Ativos não-correntes à venda

Em 31 de Dezembro de 2010 está registrado nesta conta o montante de R\$73.423 mil referente ao total dos custos dos terrenos situados em Biguaçu, Santa Catarina, que em 31 de Dezembro de 2009 estavam registrados em conta específica de Imobilizado, e que em função da decisão da Companhia de instalar a Unidade de Construção Naval (UCN) de sua subsidiária, OSX Construção Naval, no Complexo Industrial do Superporto do Açu, no Município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro, foram reclassificados para o ativo circulante, conta de ativos não-correntes à venda. Em 31 de dezembro de 2009 Companhia não detinha operações registradas nesta rubrica.

Ativo Não-Circulante:

IR e CS Diferidos

O aumento de R\$37.878 mil de 2009 para 2010 refere-se a: (i) aumento dos Prejuízos fiscais a compensar de imposto de renda no montante de R\$2.300 mil; (ii) aumento na base negativa de contribuição social no montante de R\$828 mil; (iii) constituição Provisão sobre *hegde accounting* no montante de R\$4.126 mil; (iv) constituição de provisão para perdas sobre operações de hedge no montante de R\$26.268; e (v) constituição de outras provisões no montante de R\$4.356 mil.

Imobilizado

O Imobilizado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ R\$961.962 mil, apresentando um aumento de R\$304.783 mil na comparação com o exercício de 2009. As principais variações referem-se a: (i) adições de imobilizado (customização FPSO OSX-1, custos na formação da Unidade de Construção Naval, aquisição de 2 navios do tipo VLCC, entre outros) no montante de R\$405.702 mil, (ii) baixas de imobilizado (benfeitoria em bens de terceiros) no montante de R\$(4) mil; (iii) reclassificação para o ativo circulante, rubrica ativos não-correntes à venda, o montante de R\$73.423 mil referente ao custo total dos terrenos localizados em Biguaçu, no Estado de Santa Catarina; (iv) variação cambial sobre os ativos no exterior no montante de R\$27.364 mil; e (v) depreciação no montante de R\$128 mil.

Passivo Circulante:

Obrigações Sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas são compostas substancialmente por salários e bônus a pagar e seus respectivos encargos trabalhistas e sua principal variação entre os anos de 2009 e 2010, no montante de R\$ 16.592 mil refere-se ao aumento do quadro funcional da Companhia e suas controladas.

Fornecedores

A principal variação nesta rubrica nos anos de 2009 e 2010, no montante de R\$ 19.868 mil, refere-se substancialmente aos contratos de advocacia, consultoria e customização da embarcação FPSO OSX-1, em função do aumento no volume de operações da Companhia e suas controladas.

Obrigações Fiscais

A rubrica de obrigações fiscais está composta dos impostos a recolher da Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os anos de 2009 e 2010, no montante de R\$ 6.028 mil, refere-se a: (i) R\$130 mil de IRRF; (ii) R\$53 mil de IRPJ; (iii) R\$549 mil de PIS / COFINS / CSLL; (iv)R\$ 3.819 mil de ISS; (v) R\$581 mil de PIS/COFINS Importações; (vi) R\$1.048 mil de Provisão IRPJ e CSLL s/ Lucro; e (vii) R\$109 mil de outras obrigações fiscais.

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante)

PÁGINA: 15 de 35

A variação dos empréstimos de R\$190.154 mil , do ano de 2009 para 2010, refere-se à: (i) aumento pela captação de empréstimos (Banco Itaú e DVB) no montante de R\$644.393 mil; (ii) redução pelo pagamento de empréstimos (principal + juros) junto aos bancos Bradesco, HSBC e Itaú no montante de R\$466.152 mil; (iii) aumento pela variação cambial no montante de R\$19.416 mil; (iv) redução pela capitalização de juros/custos de transação ao imobilizado no montante R\$11.316; e (v) aumento pela apropriação de juros de R\$3.813 mil.

Adiantamento de Clientes

Em 31 de dezembro de 2010, está registrado nesta rubrica o adiantamento que a Companhia detém com empresa OGX Petróleo e Gás Ltda., referente ao contrato de afretamento de embarcação, no montante de R\$18.295 mil. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não detinha operações de adiantamento de clientes.

Instrumentos Derivativos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da rubrica de instrumentos derivativos era de R\$1.877 mil no ativo circulante, R\$77.052 mil, no passivo circulante e R\$12.339 mil no passivo não circulante. Estes saldos são compostos pela marcação a mercado dos contratos de NDF em USD e SGD e por Opção de Compra, que visam minimizar os impactos decorrentes da flutuação da taxa de cambio, e proteger a Companhia de tal exposição sobre suas obrigações relativas a investimentos de capital ("Capex"). Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não detinha operações com instrumentos derivativos.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2009, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$28.376 mil e passou a ser de R\$2.434.016 em 31 de dezembro de 2010, o que representa um aumento de R\$2.405.640. Estas variação refere-se a: (i) aumento de capital líquido proveniente do IPO ocorrido em março de 2010 no montante de R\$2.369.342; (ii) registro das opções de ações outorgadas pela Companhia e pelo acionista Controlador no montante de R\$87.858 mil; (iii) ajustes de conversão da controlada OSX Gmbh, cuja moeda funcional é dólar, no montante de R\$11.771 mil; (iv) parcela efetiva das mudanças no valor justo dos *hedges* de fluxo de caixa (*hedge accounting*), líquidos de IR, no montante de R\$8.007 mil; (v) aumento de capital proveniente de participação de acionista não controlador no montante de R\$45.394 mil; (vi) prejuízo do período atribuído a Controladora de R\$77.086; e (vii) prejuízo do período atribuído ao acionista não controlador de R\$90.

c) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de Dezembro de 2008 para 31 de Dezembro de 2009:

Não foram apuradas diferenças significativas nas demonstrações do resultado consolidadas deste período.

d) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de Dezembro de 2008 para 31 de Dezembro de 2009:

Não foram apuradas diferenças significativas no balanço patrimonial consolidado deste período.

PÁGINA: 16 de 35

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar sobre

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia registrou receita de prestação de serviços em um montante de R\$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2010, oriundos de despesas incorridas na OSX Serviços Operacionais, que serão reembolsadas pela OGX Petróleo e Gás Participações Ltda. Para os demais exercícios sociais a Companhia não obteve receita.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 172,2 milhões negativo, substancialmente provenientes de despesas gerais e administrativas e de despesas com opção de ações outorgadas. Para os exercícios sociais anteriores, não houve fatores que tenham destacadamente afetado os resultados operacionais.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou receita conforme descrito no item 10.2 (a) (i). Para os demais exercícios sociais a Companhia não obteve receita.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

O resultado financeiro líquido da Companhia é impactado por: (i) variações na taxa de juros que influenciam na rentabilidade de seus recursos em caixa e realização de ganhos ou perdas das operações de hedge e/ou a marcação a mercado das mesmas; e (ii) taxa de câmbio, devido a realização de ganhos ou perdas das operações de hedge e/ou a marcação a mercado das mesmas.

A Companhia e suas controladas elaboraram cinco cenários de sensibilidade com o objetivo de aplicar um teste de stress em cada fator de risco que compõe o instrumento utilizado pela Companhia e suas controladas e quantificar as variações de cada fator de risco. Os fatores de risco considerados relevantes pela Administração da empresa são:

- BRL Ptax-800 BACEN;
- Curva de Juros Local (Taxa Pré);
- Curva de Juros em Dólar (Cupom Cambial Forward Rate Agreement);
- SGD Ptax-800 (BACEN);
- Curva da Libor
- Treasury Yield Curve; e
- Curva de Cupom SGD;

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário I (provável): foram consideradas as curvas e as taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2010;
- Cenário II: considerando um choque positivo de 25% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável;
- Cenário III: considerando um choque negativo de 25% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável;
- Cenário IV: considerando um choque positivo de 50% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável; e

PÁGINA: 17 de 35

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

• Cenário V: considerando um choque negativo de 50% nas curvas e na cotação do dólar americano frente às demais moedas a partir do cenário provável.

Para moeda USD frente ao Real foram aplicados os seguintes percentuais:

PTAX Base (31/12/2010): Cenário I R\$ 1,6662

- Cenário II: + 25% = R\$ 2,0828
- Cenário III: 25% = R\$ 1,2497
- Cenário IV: +50% = R\$ 2,4993
- Cenário V: 50% = R\$ 0,8331

Para moeda USD frente ao Dólar de Cingapura foram aplicados os seguintes percentuais:

PTAX Base (31/12/2010): Cenário I SGD 1,2829

- Cenário II: + 25% = SGD 1,6036
- Cenário III: 25% = SGD 0,9622
- Cenário IV: +50% = SGD 1,9244
- Cenário V: 50% = SGD 0,6415

Abaixo os impactos no resultado nos instrumentos derivativos para os cenários acima descritos:

_	Análise de Sensibilidade - Instrumentos Derivativos - Consolidado - 31/12/2010						
OSX BRASIL S.A	Valor de Referência (US\$ mil)	Cenário I (R\$ mil)	Cenário II (R\$ mil)	Cenário III (R\$ mil)	Cenário IV (R\$ mil)	Cenário V (R\$ mil)	
Contratos de NDF: Posição Comprada USD/BRL Total NDF USD/BRL	654.000	-77.258	138.822	-295.124	353.163	-514.828	
OSX LEASING GROUP BV	Valor de Referência (US\$ mil)	Cenário I (R\$ mil)	Cenário II (R\$ mil)	Cenário III (R\$ mil)	Cenário IV (R\$ mil)	Cenário V (R\$ mil)	
Contratos de NDF: Posição Comprada SGD/USD Total NDF SGD/USD	33.946	1.877	-14.719	11.624	-38.091	14.580	
Contratos de Swap Libor: Total Swap Libor	420.000	-12.133	-33.415	2.663	-60.561	10.232	
Total Consolidado	_	-87.514	90.688	-280.837	254.511	-490.016	

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras. Vale ressaltar que o segmento de Serviços de O&M, que nos exercícios anteriores não apresentava resultados, passou a apresentar no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Destacamos as principais operações ocorridas nos anos de 2008, 2009, 2010, referentes a constituição, aquisição ou alienação de participação societária: (i) a aquisição da participação acionária, em 22 de Outubro de 2009, correspondente à totalidade do capital social da OSX GmbH e, bem assim, a constituição da OSX Leasing Group B.V. e da OSX 1 Leasing B.V.,; (ii) a cisão parcial da Companhia, realizada em 30 de outubro de 2009, que teve por finalidade transferir ativos não relacionados às atividades a serem desenvolvidas pela Companhia, permitindo assim o foco nas operações que integram seu plano de negócios; (iii) a conferência ao capital social da Companhia de participação societária na OSX Construção Naval, realizada em 25 de novembro de 2009, por meio da qual adquirimos o controle de tal sociedade, que é o veículo para o desenvolvimento de nossa unidade de negócios de construção naval; (iv) a constituição da OSX Serviços Operacionais, em 25 de novembro de 2009, que constitui o veículo para o desenvolvimento de nossa unidade de negócios de operação e manutenção de navios e plataformas *offshore* de petróleo e gás natural; e (v) aquisição da empresa Chalki Participações S.A., em 31 de janeiro de 2010, pela OSX Construção Naval S.A., com o objetivo de administração de bens próprios e participação no capital de outras sociedades.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

PÁGINA: 19 de 35

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de Dezembro de 2010 estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

Os padrões internacionais foram implementados com base nos aspectos estabelecidos no CPC 37 (Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade), retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (data de transição). Os efeitos da transição para o IFRS no patrimônio líquido consolidado de 1º de janeiro de 2009, bem como o patrimônio líquido consolidado de 31 de dezembro de 2009 e o resultado do exercício de 2009, já estão sendo apresentados nas respectivas demonstrações financeiras.

Para adequar as Demonstrações Financeiras aos requerimentos do IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, vigentes em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou as seguintes alterações:

- A participação dos acionistas não controladores passa a integrar o patrimônio líquido, destacados em linha específica,
 conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis) e IAS 1 (Presentation of Financial Statements).
- A Companhia reconheceu Opções de compra de ações outorgadas pelo acionista Controlador, conforme CPC 10 (Pagamento baseado em ações) e ICPC 05 (Pronunciamento técnico CPC10 - pagamento baseado em ações - transações de ações do grupo e em tesouraria), para fins de BRGAAP e IFRS 2 (Share-based payment), para fins de IFRS.

Todas as normas e interpretações de IFRS, referentes a instrumentos financeiros, que entraram em vigor foram adotadas pela Companhia em 2010. As principais aplicáveis foram as seguintes:

 Alteração ao IFRS 7 (Financial Instruments: Disclosures) quanto a melhoria dos requerimentos de divulgação, inclusão da informação de hierarquia de valor justo (nível 1, 2 e 3)

Além dos pontos acima descritos, a Companhia adequou suas Demonstrações Financeiras, para fins de divulgação, e passou a apresentar as seguintes informações:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Lucro (prejuízo) por ação, conforme requerido no CPC 41 (Resultado por ação) e IAS 33 (Resultados por ação). Despesas por natureza, conforme requerido no CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis) e IAS 1 (Presentation of Financial Statements).

Informações por segmento, conforme requerido no CPC 22 (Informações por segmento) e IFRS 8 (Operating Segments).

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis estão descritos no item 10.4 (a).

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nossos auditores incluíram dois parágrafos de ênfases em seu relatório referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 indicando que: (i) No caso da OSX Brasil S.A. as práticas contábeis brasileiras diferem do IFRS, no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial, e para fins de IFRS seriam registradas pelo custo ou valor justo. (ii) as controladas da Companhia encontram-se em fase pré-operacional e, portanto, estas empresas dependem do suporte financeiro dos acionistas e/ou recursos de terceiros até que suas operações se tornem rentáveis.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos será reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos forem transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados será reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, para as empresas optantes pelo lucro real, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado com exceção do imposto de renda diferido sobre o Ajuste de avaliação patrimonial, que está reconhecido diretamente no patrimônio líquido.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório.

As empresas optantes pelo lucro real neste exercício, não apuraram lucro tributável e consequentemente não houve base de cálculo positiva para o imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, da OSX Serviços, optante pelo lucro presumido, são calculados com base na presunção de lucro, aplicando-se o percentual de 32% sobre a receita bruta, para determinação da base de cálculo do imposto. Após a determinação da base, o Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a receita bruta anual excedente de R\$ 240 anuais, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre a receita bruta.

A OSX Serviços, no último trimestre deste exercício, apresentou receita e conseqüentemente base de cálculo para o imposto de renda e contribuição social. Devido à opção pela adoção do lucro presumido pelo regime de caixa tais impostos serão recolhidos somente quando do efetivo recebimento da respectiva receita.

Para as empresas no exterior, o imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos

bens com os respectivos valores residuais. Não houve alteração significativa na vida útil dos bens que estão sujeitos a depreciação.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de um ativo imobilizado formam parte do custo deste ativo, conforme estabelece o CPC 20 e IAS 23 (Borrowing Costs). Os custos de empréstimos já estavam sendo capitalizados conforme Deliberação CVM 193/96 tendo em vista que são diretamente atribuíveis à construção do ativo.

Mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras

Com base no CPC 02 e IAS 21 (The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates), a Companhia definiu que sua moeda funcional é o real e a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, em função de seu plano de negócios e principalmente em decorrência dos seus custos de operação.

As variações cambiais sobre os investimentos em controladas e coligadas, com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como Ajustes Acumulados de Conversão, sendo transferidas para o resultado quando da realização dos investimentos.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Redução ao valor recuperável - Impairment

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o nãopagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e suas
controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações
de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um
título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do
seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de

perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

ii. Ativos não-financeiros

Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida (debt security) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subseqüente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subseqüente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado á UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Os ativos corporativos da Companhia e de suas controladas não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGC à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada não é reconhecido individualmente e, portanto, não é testado para perda de valor recuperável separadamente. Ao invés disso, o valor total do investimento em uma coligada é testado para perda de valor como um ativo único quando há evidência objetiva de que o investimento em uma coligada possa demonstrar perda em seu valor recuperável.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável e após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo decrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Nas operações com derivativos variações do valor justo são registrados no resultado financeiro, na conta de Instrumentos Derivativos, a não ser que esses sejam relacionados a um hedge de fluxo de caixa. Nesses casos, as variações são registradas no patrimônio líquido até a sua realização.

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, assim como fornecedores, empréstimos, contas a pagar e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

i. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas nesta categoria.

ii. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. Clientes e partes relacionadas da Companhia e suas controladas foram classificados nesta categoria.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas operam com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e dos fluxos de caixa.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado (risco de moeda estrangeira) e no patrimônio líquido (hedge de fluxo de caixa).

lii(a) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge de fluxo de caixa (hedge accounting)

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente documentaram o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia e suas controladas fizeram avaliações, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme definido no CPC 38. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final afetarão o lucro líquido reportado.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado, no mesmo período em que os fluxos de caixa protegidos (*hedged*) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. Se não houver mais expectativas

quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado, no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.

PÁGINA: 30 de 35

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são adequados para assegurar sua precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas falhas nos controles internos da Companhia. Apesar disto, tendo em vista o acelerado crescimento da Companhia, a Companhia implantou o Sistema ERP Protheus, de modo a dotar seus controles internos de maior agilidade, confiabilidade e eficiência. Adicionalmente, a Companhia criou o departamento de controles e processos, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente a Companhia mantenha os mais altos padrões de qualidade e controles internos, que acreditamos contribuirá para a melhoria contínua do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, a Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los e mantê-los sempre atualizados, confiáveis e eficientes.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram identificados deficiências de controles internos.

PÁGINA: 31 de 35

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

a, como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Captamos R\$ 2,4 bilhões no IPO em 22 de Março de 2010, que estão sendo utilizados na execução do nosso plano de negócios, que compreende a construção de uma unidade de construção naval (UCN Açu), que contará com tecnologia de última geração e será instalada no Complexo Industrial do Superporto do Açu, no Distrito Industrial de São João da Barra, criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, bem como a construção e aquisição de equipamentos e fornecimento de serviços para a industria offshore de petróleo e gás natural, por meio de atuação integrada nos segmentos de construção naval, fretamento de unidades de exploração e produção (E&P) e de serviços de operação e manutenção (O&M).

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável

PÁGINA: 32 de 35

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

Não mantemos quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, em nossa situação financeira e mudanças em nossa situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial, exceto as demonstradas abaixo:

	Consolidado				
	Data da Assinatura	Data do vencimento	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Serviços técnicos para conclusão da					
customização do FPSO OSX-1	27/11/2009	-	163.525	121.013	-
Aquisição das embarcações tipo					
VLCC	9/11/2010	28/2/2011	80.978	-	-
Projeto para equipamentos WHP	16/11/2010	11/3/2011	1.500	-	-
Serviços de Engenharia e suporte					
técnico na construção da UCN	30/03/2010	30/03/2013	21.626	-	_
Serviços de Engenharia para projeto					
da UCN no complexo do Açu	08/05//2010	-	2.354	-	-
Consultoria relacionada a sistemas					
de gestão e controle	01/05/2010	17/01/2011	1.476	_	_
Outros		-	_	658	
		_	·	·	·
		=	271.459	121.671	

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial e daqueles que não constam descritos no item acima.

PÁGINA: 33 de 35

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

- 10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar
- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Os contratos indicados no item 10.8 acima impactarão nos próximos exercícios as rubricas de imobilizado, no montante de R\$270.073 mil, e na rubrica de Despesas Administrativas e Gerais, no montante de R\$1.476 mil, conforme detalhado abaixo:

<u>Imobilizado</u>

- Serviços técnicos para conclusão da customização do FPSO OSX-1 num montante de R\$ 163.525.
- Aquisição das embarcações tipo VLCC num montante de R\$ 80.978.
- Projeto para equipamentos WHP num montante de R\$ 1.500
- Serviços de Engenharia e suporte técnico na construção da UCN num montante de R\$ 21.626
- Serviços de Engenharia para projeto da UCN no complexo do Açu num montante de R\$ 2.354

Despesas Administrativas e Gerais

Consultoria relacionada a sistemas de gestão e controle num montante de R\$ 1.476

b. Natureza e o propósito da operação

Serviços técnicos para conclusão da customização do FPSO OSX-1 no montante de R\$ 163.525

Este contrato tem por natureza a entrega de equipamentos para conclusão da customização do FPSO OSX1 de forma a adequar a unidade às características do campo offshore a que ela se destina.

Aquisição das embarcações tipo VLCC no montante de R\$ 80.978

Esta aquisição tem por objetivo adquirir cascos de navios tipo VLCC para depois convertê-los em futuros FPSO´s, a serem fretados à nossa cliente OGX.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Projeto para equipamentos WHP no montante de R\$ 1.500

Este contrato tem por natureza o projeto para construção de duas plataformas do tipo WHP que serão posteriormente fretados à nossa cliente OGX.

Serviços de Engenharia e suporte técnico na construção da UCN no montante de R\$ 21.626

Esta contratação tem por objetivo a prestação de serviços de engenharia e suporte técnico que serão necessários para a construção da unidade de construção naval da Companhia, a ser implantada no complexo industrial do Superporto do Açu, no distrito industrial de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro ("UCN").

Serviços de Engenharia para projeto da UCN no complexo do Açu no montante de R\$ 2.354

Esta contratação tem por objetivo o fornecimento dos projetos de engenharia necessários àconstrução da UCN.

Consultoria relacionada a sistemas de gestão e controle no montante de R\$ 1.476

Esta consultoria tem o propósito de contribuir para a elaboração do modelo e sistema de gestão através de software próprio que irá gerenciar a UCN.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme descrito no item 10.8 (a) acima.

PÁGINA: 35 de 35